



TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM: AGRONEGÓCIO E DESMATAMENTO NO ARAGUAIA MATO-GROSSENSE

Armando Wilson Tafner Junior¹

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Armando Wilson Tafner Junior (2020): "Transformação da paisagem: agronegócio e desmatamento no Araguaia Mato-Grossense", Revista Caribeña de Ciencias Sociales (febrero 2020). En línea

<https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/02/transformacao-paisagem.html>

<http://hdl.handle.net/20.500.11763/caribe2002transformacao-paisagem>

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise crítica sobre a relação existente entre agronegócio e desmatamento na região Araguaia, localizada no Nordeste do Estado de Mato Grosso, dentro da Amazônia Legal brasileira, que é caracterizada por ser uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. A expansão da fronteira agropecuária na região só avança por meio do desmatamento. A ocupação desordenada do espaço acelera a devastação ambiental que ocorre somente objetivando a acumulação financeira. A mata primária é derrubada em nome da produtividade e do lucro, fazendo com que a paisagem seja completamente transformada e homogeneizada. A biodiversidade diminui na mesma velocidade que a produção latifundiária extensiva adentra a região. E, dessa forma, diminui as alternativas de vivência homogeneizando também o pensamento.

Palavras-chave: Amazônia; Biodiversidade; Capital; Latifúndio; Mato Grosso;

ABSTRACT

This paper presents a critical analysis of the relationship between agribusiness and deforestation in the Araguaia region, located in the northeast of Mato Grosso State, within the Brazilian Legal Amazon, which is characterized as a transition area between the Cerrado and Amazon biomes. The expansion of the agricultural frontier in the region only advances through deforestation. The disorderly occupation of space accelerates the environmental devastation that occurs only for the purpose of financial accumulation. The primary forest is cut down in the name of productivity and profit, causing the landscape to be completely transformed and homogenized. Biodiversity declines at the same rate as extensive land production enters the

¹ Graduado em Economia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); Mestre e Doutor pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

region. And in this way, it diminishes the alternatives of experience, also homogenizing the thought.

Key-words: Amazon; Biodiversity; Capital; large land property; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Quanto maior for a biodiversidade de um bioma, maior será as alternativas de vivência da sociedade que o habita. O contrário, a eliminação da biodiversidade, homogeniza o pensamento, fazendo com que as relações sociais caminhem à uma mesma direção. A expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia é alicerçada na eliminação da biodiversidade. Para fazer acontecer a produção latifundiária extensiva, voltada à acumulação, é necessário que novas áreas sejam “abertas” para o plantio de soja (e milho na entressafra), gado de corte, e algodão. O desmatamento promovido pelo agronegócio, de acordo com o modelo imposto pela Revolução Verde, e que atende ao modo de produção capitalista, acaba contaminando recursos naturais básicos para a sobrevivência das espécies (inclusive a humana) como o solo, a água e o ar.

A Amazônia Legal possui espécies pertencentes a flora, que se quer ainda foram catalogadas. A área de transição entre biomas produz espécies que são nativas somente nessa área. A região do Araguaia mato-grossense, localizada à Nordeste do Estado de Mato Grosso, é caracterizada pela área de transição entre Cerrado e Amazônia e o desmate desta, elimina espécies que existem só, e somente só, nessa região.

O constante aumento do volume de produção do agronegócio, necessita de um processo de acumulação de terra para que se consiga instalar o modo de produção capitalista na nova área. O desmatamento após a posse da terra (se esta já não estiver desmatada) é a primeira ação “produtiva”. A região do Araguaia é cortada pela BR-158, rodovia utilizada para o escoamento da produção. Corta os municípios de Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Querência, Ribeirão Cascalheira e Vila Rica, que estão tendo a sua mata primária reduzida vertiginosamente. Esse desmatamento se estende aos municípios vizinhos, que também utiliza a BR-158 para escoar a produção, como São José do Xingu, por exemplo. Este artigo traz mapas municipais, que demonstra o contraste entre área de mata primária e área desmatada, e aponta para o desmatamento em grandes proporções na região do Araguaia, colaborando para homogeneização da paisagem e do pensamento.

1 EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGROPECUÁRIA E DESMATAMENTO

O capitalismo, sistema voltado à acumulação, no qual reproduzimos nossas vivências e costumes, utiliza os recursos naturais para prover a produção, seja apropriando-se destes ou destruindo-os para implementar outros elementos de produção em uma nova paisagem. A

expansão da fronteira agropecuária, promove as suas atividades latifundiária extensiva neste cenário, e para tal, necessita da acumulação de terras e do desmatamento das mesmas. No Brasil, a fronteira agropecuária está se expandindo em direção à Amazônia Legal, proporcionando diretamente impactos ambientais na região. O crescimento econômico oriundo desta forma de expansão agropecuária, aos moldes da Revolução Verde, têm chamado a atenção da sociedade internacional, devido às ameaças constantes que a região amazônica sofre sendo exposta à esse modelo (re)produtivo.

De acordo com o IMAZON (Instituto do Homem e do Meio ambiente da Amazônia) (2018), no período de agosto de 2017 a maio de 2018, o desmatamento na Amazônia teve um aumento de 22% (gerando um total de 11.612 Km² degradados) se comparado ao desmatamento do mesmo período anterior, quebrando um ritmo de tendência a queda da retirada de florestas primária que vinha ocorrendo nos últimos 5 anos. Esse desmatamento incidiu em maior área no Estado do Pará (47,15%) e no Estado de Mato Grosso (44,90%). A somatória desses dois estados geram quase a totalidade dessa degradação.

A expansão da fronteira agropecuária é o que implica diretamente na ampliação da degradação ambiental. O aumento na criação de gado seguido pelo cultivo de soja, milho e algodão, caminham a passos largos para a região Norte, Amazônia adentro. Essa evolução, orientada pelo capital, acaba sendo ocasionada por diversos fatores de ordem político-econômica. Um deles é a desvalorização da moeda nacional brasileira em relação ao dólar e ao euro, tornando-se um incentivo para que se aumente a produção, e proporcione um maior poder de acumulação em escala nacional, já que as *commodities* são, quase que em sua totalidade, exportadas, proporcionando um maior lucro real aos proprietários de terras, perante a negação de uma produção voltada para o mercado interno. Outra medida de notório incentivo à produção latifundiária extensiva, são os financiamentos milionários destinados ao grande capital e praticamente uma inexistência de créditos para pequenos produtores ou para os tão mencionados manejos “sustentáveis”. Há ainda o fator Congresso Nacional que é composto por uma bancada ruralista, que é integrada por 210 deputados e 26 senadores, além do próprio ministro da agricultura (O ESTADO..., 2018), que defendem as políticas que privilegiam o agronegócio, sendo que muitos são grandes proprietários de terra e passam a legislar em causa própria, inibindo ou negligenciando as fiscalizações ambientais.

Salienta-se que o desmatamento mensurado por satélite pode ser ainda maior, pois os mesmos, apesar de ser a melhor forma de visualização tecnológica de todo o território amazônico, apresenta algumas limitações diante do corte seletivo ilegal feito por madeireiros, que impactam diretamente espécies específicas da flora amazônica e, também as nuvens que possam surgir e que impedem a medição correta.

O desmatamento na região amazônica, entre o período de 1996 e 2010, representa aproximadamente 200 mil Km² de floresta destruída, representando cerca de ¼ de todo o desmatamento acumulado da Amazônia Legal. Esse desflorestamento, acaba por acarretar em uma homogeneização da paisagem, condicionando-o à perda da biodiversidade, culminando

com a ameaça da vivência dos povos originários, de culturas tradicionais. A degradação ambiental também afeta o ciclo da água, e dissipa todo ano por meio da pecuária, cerca de 200 milhões de toneladas de dióxido de carbono na atmosfera, e as árvores que poderiam sequestrar os gases que provocam o efeito estufa, não estão em pé (MELLO, 2016; ARTAXO, 2005).

As áreas desmatadas, como já mencionado anteriormente, atendem as necessidades da expansão da fronteira agropecuária, e já alcança outros estados de forma significativa, indo para além do Pará e de Mato Grosso, atingindo de forma impactante os Estados de Rondônia² e Amazonas. Essa forma de expansão, latifundiária extensiva, é incentivada pelo poder público, que atua como um incentivador dessa forma de (re)produção, incrementando a logística com dinheiro público, viabilizando o capital (principalmente do Centro-Sul) com ações destinadas a atender apenas alguns, que freneticamente passam a buscar terra na região amazônica com a intenção de destiná-las à culturas de plantio extensivo e à pecuária.

Os órgãos públicos, como o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), que tem por objetivo fiscalizar e autuar os agressores do meio ambiente, ficam presos às questões políticas como a definição do orçamento de seus respectivos orçamentos, onde são estipulados a liberação dos recursos para que se possa fazer acontecer a fiscalização, porém, a quantidade de verbas é definida pelo Congresso Nacional, que trata a questão ambiental não como fundamental, mas como um problema. Diante de tamanha complexidade, torna-se difícil que haja algum planejamento de poder público federal, voltado ao combate do desmatamento. Medidas como a reforma agrária, a demarcação de terras indígenas, criação de áreas de proteção ambiental, ou ao menos a implementação de corredores ecológicos, torna-se inimaginável diante do contexto político atual.

De acordo com a Secretaria de Estado do meio Ambiente de Mato Grosso (SEMA-MT), o Estado de Mato Grosso que possui 90 milhões de hectares, tinha em 2016, 36,5 milhões de hectares desmatados, sendo que em 2002 eram 27 milhões e em 1993, eram 11 milhões. A aceleração da reprodução do capital, em sua busca pela acumulação primitiva, promove um desmatamento enérgico e sem nenhum ordenamento. Em Mato Grosso, as cidades pólo do agronegócio, como os municípios de Rondonópolis, Sinop, Sorriso, Lucas do Rio Verde e Primavera do Leste, apresentam (quando ainda existem) apenas matas ciliares e ainda assim, nem todas estão em suas conformidades legais. Já, a nova fronteira agrícola do Estado de Mato Grosso, a região do Norte Araguaia, cortada pela BR-158, caminha para os mesmos cenários dos municípios mencionados anteriormente, sendo que dessas cidades citadas, apenas Primavera do Leste não é cortada pela BR-163. Há uma reprodução das atividades econômicas, exercidas no Centro-Norte mato-grossense, na região do Araguaia mato-grossense.

² Estado da Amazônia Legal com o maior número de conflitos pela terra (CPT, 2017).

O avanço da soja na região do Araguaia, promove a criação e a ampliação de centros urbanos, onde se faz perceber à população, o valor de troca devido a realização da prática de acumulação primitiva, implementada pelo agronegócio. O silo, edificação voltada para o armazenamento de grãos, antes ausente da dinâmica da região do Norte-Araguaia, é construído antes da chegada da soja e, uma população negligenciada pelo Estado, volta às suas ações para o capital privado, no caso o agronegócio que passa a atuar como uma instituição, representando um poder simbólico, que antes não havia na região (BOURDIER, 1989). Cooptada pelo agronegócio, a população passa a adquirir os costumes deste, que promove ações como o desmatamento, pois a degradação é uma condição para a expansão da área cultivável ou de pasto, e passa-se a criminalizar quem não desmata (como as populações tradicionais), sem perceber que apenas estão recebendo a “migalha” do agronegócio, que é grande concentrador de renda, e dessa forma, evolui a passos largos, o aumento da desigualdade social na região. Em outra esfera, a política, a bancada ruralista, alia-se ao Estado, fazendo com que este atenda às suas necessidades, construindo obras voltadas para a atividade do agronegócio, facilitando a logística da produção e o escoamento de grãos, que após a chegada dos empreendedores, passam a ser prioridades para o poder público local e são apoiadas pela população, que já estão condicionadas pelos “trocados” do agronegócio. O Estado, antes ausente, em tempos que poderia promover institucionalmente ações públicas, voltadas para a promoção da igualdade, somente se faz presente após a instalação do capital, gerando conflitos entre aqueles que sobrevivem por meio da floresta sem a ideologia capitalista e os que prestam serviço ao agronegócio. As atuações do poder público invariavelmente, sempre tendem para o lado do capital.

Dessa forma, o desmatamento vai aumentando; muitas vezes com aval do Estado e, estando a fiscalização limitada pela questão orçamentária, a eficiência é comprometida, pois as condições de trabalho passam a ser condicionadas por um baixo potencial tecnológico e um contingente de recursos humanos ínfimo. As projeções (que são inúmeras) que resultam de pesquisas voltadas às questões edafoclimáticas da Amazônia, apontam para a diminuição da pluviosidade na região se o desmatamento continuar ocorrendo de forma acelerada, e essa relação, (+) desmatamento/(-) pluviosidade, atingirá a vivência humana severamente.

1.1 Outras causas do Desflorestamento

Para que a agricultura latifundiária extensiva seja implementada o desflorestamento torna-se um condição. A cultura da soja, do milho, do algodão e a pecuária de corte, em sendo cultivada/criada de forma extensiva, ocupa o espaço onde estaria a floresta nativa, sendo assim, para que uma seja instalada, a outra tem que ser derrubada. Para derrubar a floresta, usa-se a prática denominada de “correntão”, que consiste em amarrar na lateral de dois tratores uma corrente, sendo que estes dois tratores, se movimentando paralelamente, arrasta a tal corrente que vai derrubando toda a vegetação, não fazendo a diferença entre árvores novas ou velhas, frutíferas ou de madeiras a ser aproveitada; menor ainda, se é que há, é a preocupação com dióxido de carbono. Posteriormente espera-se a secagem da mata derrubada para que possa

ser ateado fogo na mesma, e assim, o terreno está pronto para o cultivo. Muitos latifundiários chamam essa técnica de “limpeza”. Nesse momento o solo está pronto para receber a sementeira, que levará à homogeneização da paisagem.

Essas práticas vão avançando em uma velocidade cada vez maior, preparando o terreno para uma paisagem nova, que invade a ambiência de diversas espécies da fauna local e ocupa o lugar de milhares de exemplares da flora, que antes estavam naturalmente em harmonia. Como resultado, fica para a sociedade um cenário de degradação e a mediocridade da vivência capitalista proporcionada pelo agronegócio.

A pouco tempo atrás, esperava-se que o desmatamento da Amazônia nunca seria total e que diferentes gerações poderiam usufruir de suas virtudes naturais. Mas, as práticas de produção de forma latifundiária extensiva – e também a mineração, principalmente no momento de pós privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) – foram avançando, aumentando o desmatamento que serve-se de tecnologia voltada à otimização do desmate. Como já visto, para reduzir o volume da mata derrubada, recorre-se ao fogo. Houve mais de 24.500 focos de incêndio na Amazônia Legal no ano de 2017 (INPE, 2018).

Já a atividade madeireira, se faz também de forma predatória. A seleção de árvores e a análise para uma melhor forma de corte, não acontece. O corte de uma árvore faz com que ocorra a degradação do ambiente em todo o seu entorno; seja pelo entrelaçamento de raízes, galhos ou cipós, ou porque simplesmente há outras árvores menores embaixo da grande árvore que foi cortada. Após a derrubada os troncos das árvores são fatiados e deixados na floresta, esperando a chegada daqueles que organizam o carregamento e o transporte da madeira.

Essa indústria caracteriza-se por um alto desperdício: para cada árvore que chega a uma serraria na Amazônia, há outras 27 caídas inutilmente na floresta. Além disso, por usar técnicas inadequadas, apenas um terço da madeira processada nas serrarias é aproveitada e comercializada. Os resíduos são transformados em carvão e vendidos por preços irrisórios (LEÃO, 200 p.182).

Ainda há aqueles, que não conseguem chegar nas madeiras que estão cortadas floresta adentro e são abandonadas no meio da mata. Toda essa devastação é voltada para a acumulação, sendo a serraria a ponta final da cadeia, e que corrobora com todo o processo.

Salienta-se que as maiores madeiras da Amazônia, são oriundas de capital estrangeiro, como EIDAI (Japão), Gethal (Suécia) Precious Wood (Suíça). Estas são apenas algumas que possuem centenas de milhares de hectares na floresta amazônica.

Com a redução dos recursos naturais e o fortalecimento da legislação em assuntos do meio ambiente em seus países de origem, as empresas de capital estrangeiro viram no Brasil um ponto estratégico para a obtenção de madeira tropical. Sozinhas elas respondem pela metade do valor exportado pela Amazônia. A falta de compromisso com o desenvolvimento econômico e com a preservação do meio ambiente local por parte das empresas é o maior problema nesse processo de exploração da floresta amazônica (BODAS, 2002, S/P).

Segundo Aline Tristão Bernardes, em entrevista a revista *Isto É* datada de 11 de agosto de 2017, esta afirma que cerca de 80% da madeira retirada da Amazônia está na ilegalidade. A precariedade da fiscalização, aqui, junta-se a questão judicial, que quase sempre não penitencia o crime ambiental que os fiscais conseguem autuar.

2 A BR-158 CORTANDO O ARAGUAIA

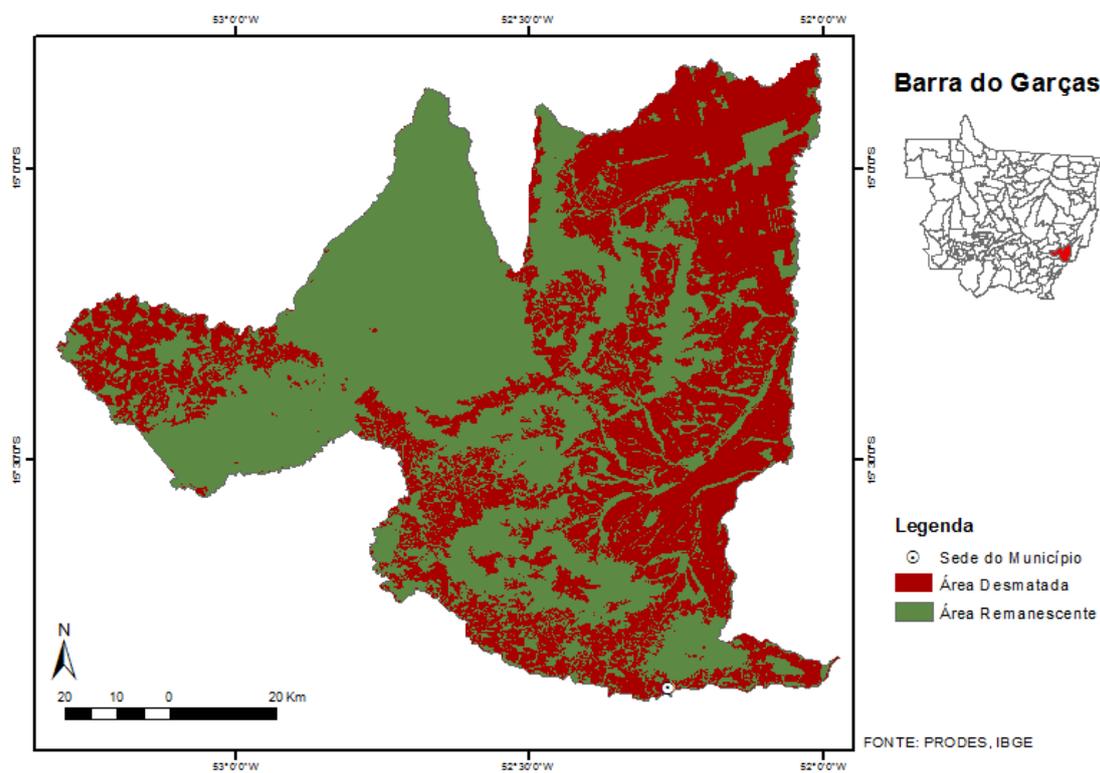
A abertura de estradas, financiadas pelo Estado, é o meio comum para se adentrar à floresta, diante de um cenário resultante de uma política histórica de transporte voltada para a malha rodoviária. A Amazônia Legal, embora possua uma hidrografia propensa à navegação é cortada por estradas. Uma delas é a BR-158 que corta a região do Araguaia mato-grossense.

O acesso a região por meio da estrada, permite que o capital atue e acelere a velocidade de sua (re)produção no espaço que tornou-se facilmente acessível. Assim ocorre na região Araguaia, onde predomina as ações produtivas voltadas ao agronegócio, que conforme avança a sua atuação no espaço, vai cortando a região Araguaia no Estado de Mato Grosso.

O corte das árvores, não só no espaço da estrada, mas em outros locais, rotas criadas para que esta rodovia principal seja acessada como via de escoamento de produtos derivados das ações do agronegócio e conseqüentemente do desmate, ocasiona impactos ambientais como: a redução do habitat natural de várias espécies da fauna local, afeta a qualidade da água dos rios e de suas nascentes, intensifica (por ação do capital) a inserção de espécies exóticas ao ecossistema ocasionando a mortalidade de espécies nativas; e todas essas ações acabam por afetar, no mínimo, o microclima local (FEARNSIDE, 2007). Para além da questão ambiental, o desmatamento acaba por afetar o humano de forma direta em suas formas de vivência não-capitalista, como camponeses, povos originários, quilombolas, ribeirinhos, entre outros habitantes da região.

O município de Barra do Garças, maior centro urbano da região, porta de entrada da BR-158 em Mato Grosso, expressa tais questões apontadas. Conhecida como o Portal da Amazônia, Barra do Garças, teve seu início de colonização via garimpo, posteriormente recebeu os incentivos da SUDAM, que financiou a formação do latifúndio na região. Atualmente, tem sua economia pautada pelo agronegócio, principalmente pecuária de corte extensiva, mas a soja já está consolidada no município.

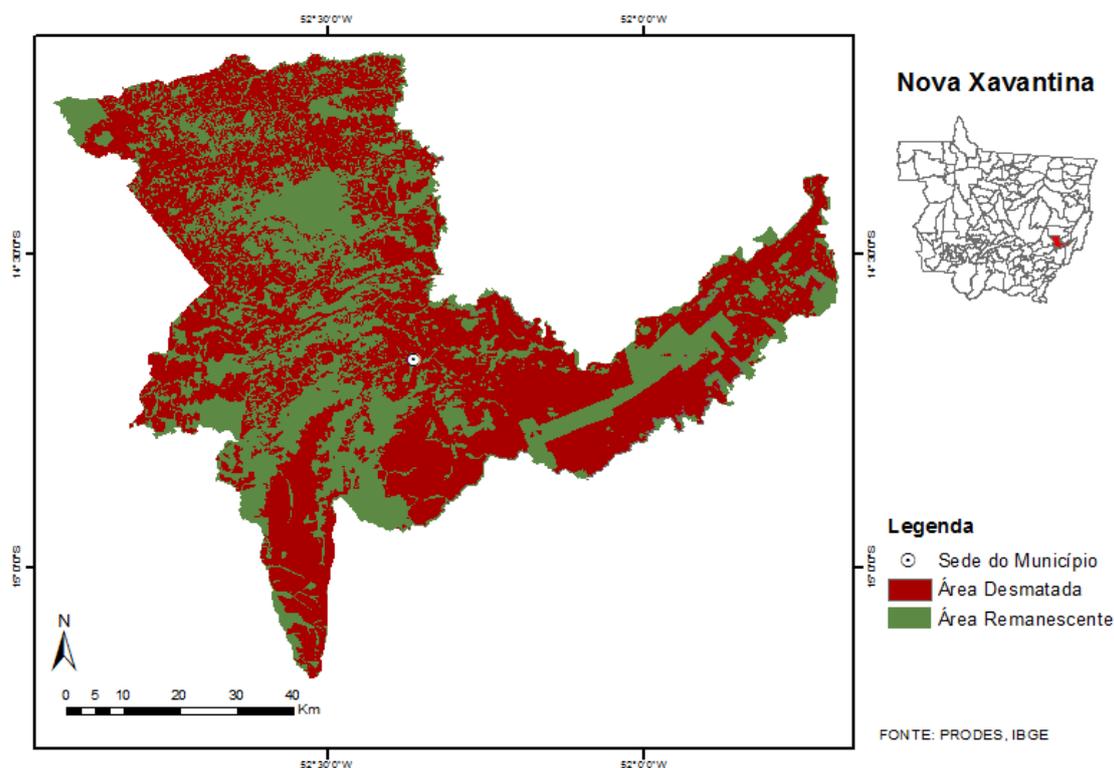
Figura 1 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Barra do Garças



Vê-se no mapa uma região com concentração de área remanescente. Esta parte de Barra do Garças só não está desmatada devido a esta ser uma Terra Indígena Xavante (T.I. de São Marcos), que ainda oferece resistência ao avanço do capital e consequentemente, do desmatamento.

A expansão da fronteira agropecuária, via BR-158 em direção ao Nordeste de Mato Grosso, trazendo o desmatamento a reboque, expressa suas consequências no município de Nova Xavantina.

Figura 2 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Nova Xavantina

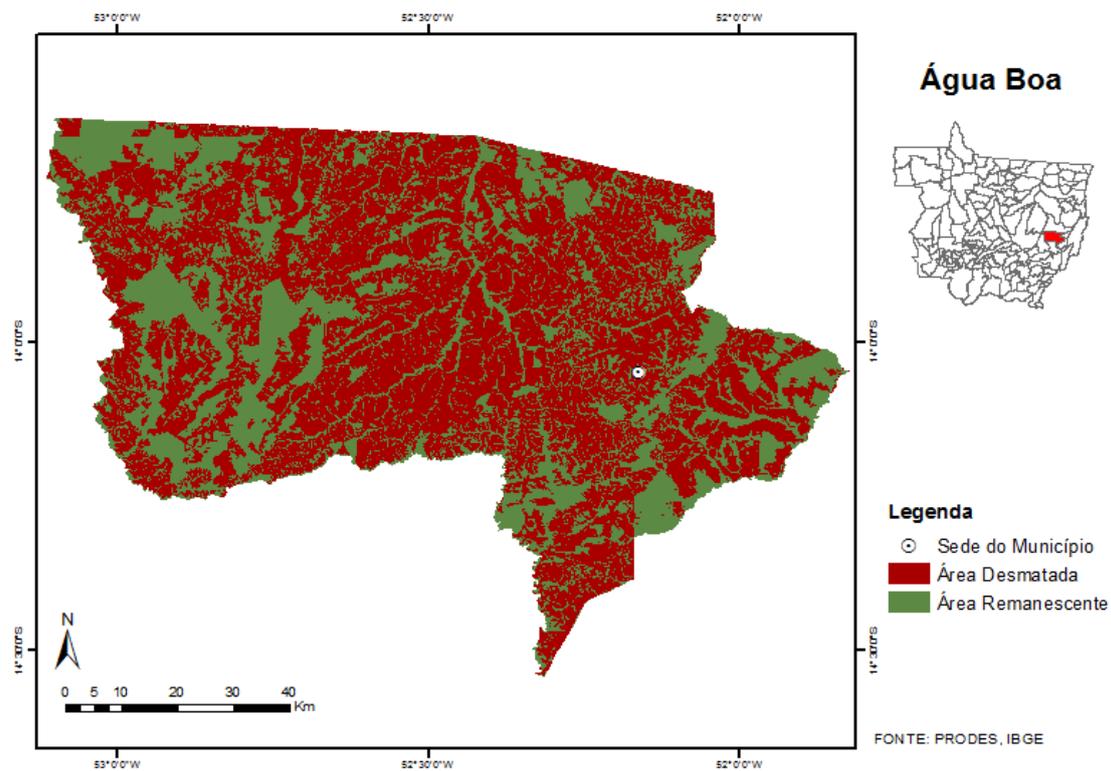


Praticamente não há nenhum corredor de mata primária, sufocando a biodiversidade e homogeneizando a paisagem. Tendo sua economia também baseada no gado de corte e juntando a pecuária com o avanço da soja, o município de onde saiu a expedição Roncador-Xingu³, não consegue preservar nem as matas ciliares que são áreas de preservação permanente.

A dinâmica do desmatamento correlaciona-se com a velocidade do avanço do capital. Percorrendo a BR-158, direcionando-se para o Norte, o município de Água Boa é uma cidade do Agronegócio (SOUZA, 2013). Assim, como a BR-163, o Araguaia mato-grossense tem as suas cidades pólo do agronegócio, e Água Boa se apresenta a tal condição, como município representante de um poder simbólico que contempla a homogeneização do pensamento, voltando somente a vivência humana para o agronegócio, sendo o que resta a população devido a redução da biodiversidade.

³ Expedição que fez parte das Políticas da Marcha para o Oeste em 1941, voltada para ao interior do Brasil e que teve os irmãos Villas Boas como voluntários. Posteriormente, em 1945, a expedição passou a ser chefiada por eles.

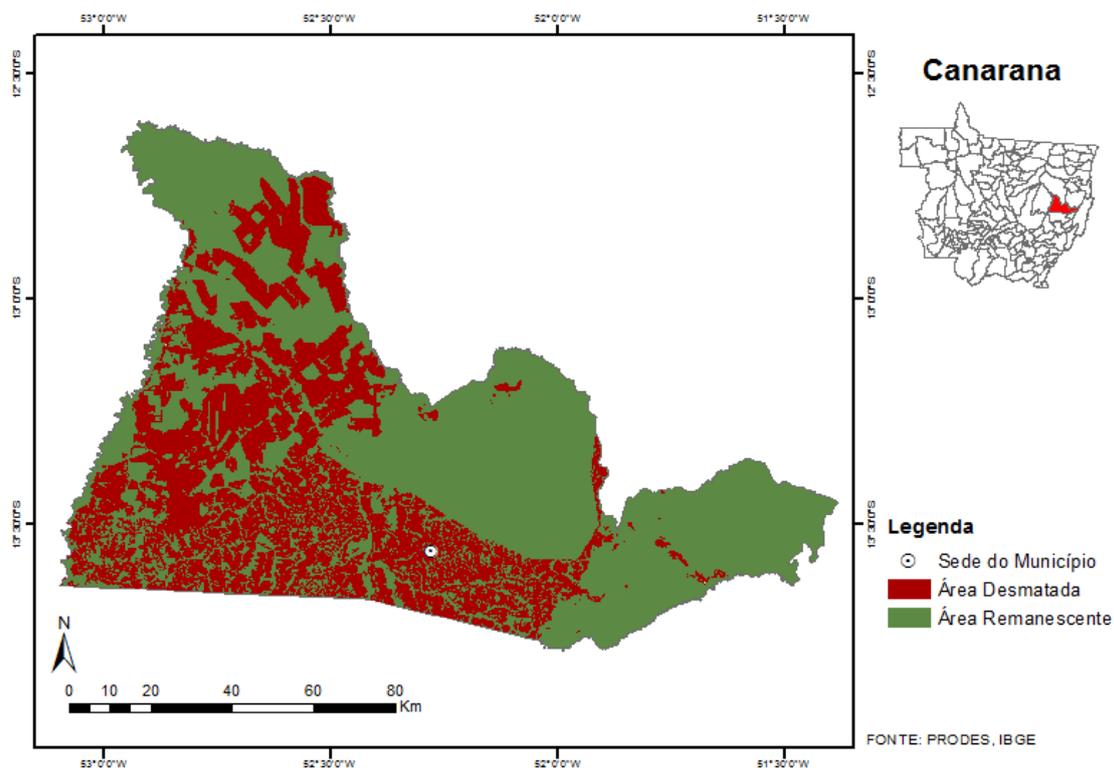
Figura 3 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Água Boa



O que basicamente movimentava a economia de Água Boa é a pecuária de corte. É notável a concentração de eventos voltados à criação de gado bovino na cidade, e que não se limita apenas a região. A movimentação nesses eventos atrai o grande capital nacional e também internacional. Realiza-se no município os maiores leilões de gado de corte do globo, atingindo mais de R\$20.000.000,00. É nesse cenário que se acentua o poder simbólico do município de Água Boa, proporcionando a idéia de um pensamento único de vivência.

A influência da reprodução de um modelo de produtividade voltado ao agronegócio é absorvido pelos outros municípios da região. Em Canarana, cidade localizada ao Norte de Água Boa, que teve sua colonização voltada à pequena propriedade, após a falência da Coopercana, cooperativa fundada pelos colonos e comandada pelo Pastor Norberto Schwantes, ocorreu a concentração de terra, que passou a ser explorada de forma extensiva pelo grande capital.

Figura 4 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Canarana



A pecuária de corte e a lavoura extensiva latifundiária de soja, instalou-se na região, devido ao avanço da hegemonia do agronegócio na região. O município ainda apresenta mata primária devido às Terras Indígenas. A área verde localizada à Noroeste do município, está dentro do perímetro do Parque Indígena do Xingu e a grande área central e a Nordeste, são partes da Terra Indígena Pimentel Barbosa que atende a vivência da etnia Xavante.

2.1 Determinantes do Desmatamento no Araguaia mato-grossense

A abertura de estradas, embora seja por si só um ato de desmatamento, tal ação implementada, permite o escoamento produtivo das atividades econômicas da região. Não só a BR-158 é um exemplo relacionado a logística do capital dentro da Amazônia Legal, mas também a Transamazônica, a Belém-Brasília, e a já mencionada BR-163. As cidades vão se formando ao longo das rodovias e de início, baseadas na prática madeireira e em serrarias, instalam-se as atividades acumulativas na região. O desmatamento oriundo do capital, pode chegar a 200 Km mata adentro a partir das rodovias, em cada um dos dois lados da estrada (FEARNSIDE, 2009). Com a retirada da mata primária, o agronegócio voltado para a soja, milho algodão e boi, praticamente toma conta da região.

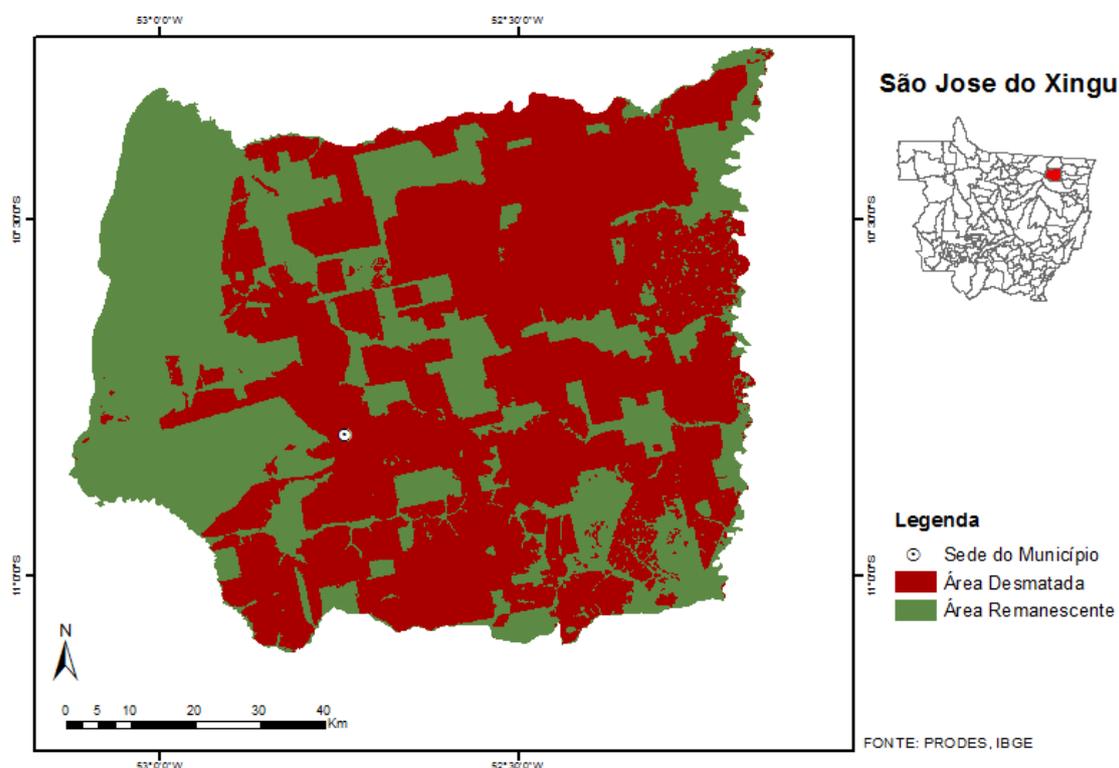
Ressalta-se a resistência do desmatamento que é oferecida pelas áreas indígenas. Porém não sabe-se até quando. As terras Indígenas estão cercadas pelo desmatamento, tornando-se ilhas de florestas. O impedimento de formação de corredor ecológico, faz com que

seja limitada a evolução das relações ecossistêmicas tanto da fauna quanto da flora (FERREIRA; VENTICIQUE; ALMEIDA, 2005).

As estradas, que são implementadas para atender o capital, favorecem também a destruição da floresta. A chegada da rodovia permite o estabelecimento de uma Economia baseada no desmatamento, começando com a exploração predatória de madeira, posteriormente a implementação das atividades latifundiárias extensivas voltadas à agropecuária, findando na acumulação que privilegia somente alguns.

Os municípios de São José do Xingu e Querência, refletem a resistência das Terras dos Povos Indígenas ao desmatamento no Araguaia, em detrimento da abertura de BR-163.

Figura 5 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de São Félix do Xingu

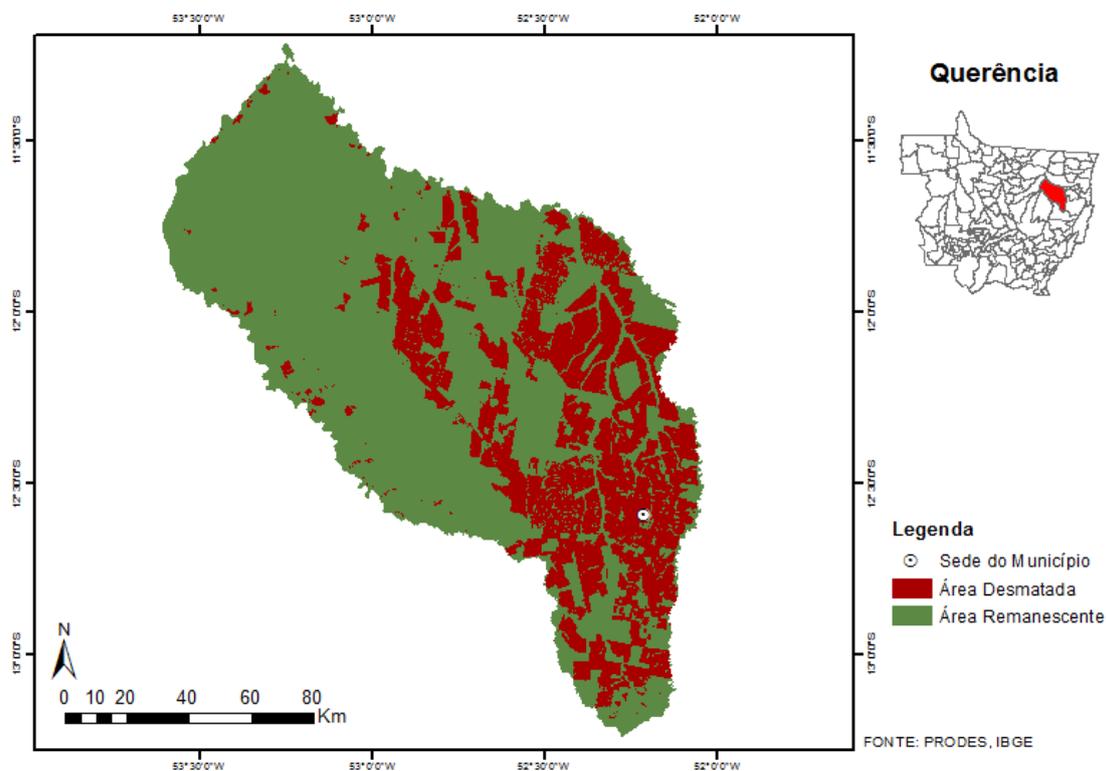


Percebe-se no mapa, à Oeste do município, uma concentração de área remanescente. Esta parte do município pertence ao Parque Indígena do Xingu. Já à Oeste do município, em direção a BR-158, há um desmatamento alarmante.

São José do Xingu, até o ano 2000 teve sua economia baseada na pecuária de corte. Posteriormente, a soja veio ocupando o espaço das áreas de pastagens, tornando-se a principal atividade acumulativa do município. Vê-se no mapa o desmatamento contínuo de grandes extensões de terra dentro do perímetro municipal. Isso ocorre devido a implementações de grandes projetos da SUDAM, que atraía capitalistas do Centro-Sul, incentivando a formação de latifúndios.

Querência também segue o mesmo exemplo. O desmatamento do município direciona-se para a BR-158, e é estancado à Oeste, onde está o Parque Indígena do Xingu.

Figura 6 – Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Querência



Destaca-se, dentro do município de Querência, dois latifúndios: Fazenda Roncador (Grupo Roncador) de 144 mil hectares e a Fazenda Tanguro (Grupo Amaggi) de 80,8 mil hectares. Devido a instalação de grandes silos no município, a sojicultura é a principal atividade econômica de Querência.

Diante desses cenários, e a velocidade do desmatamento aumentando significativamente na região do Araguaia mato-grossense, a SEMA-MT, carente de recursos técnicos e humanos, não consegue ser eficiente na fiscalização. Colabora com essa ineficiência a grande extensão territorial de Mato Grosso.

Há uma particularidade na região do Araguaia que dificulta ainda mais a fiscalização do desmatamento na região que é a área de transição entre os biomas Amazônia e Cerrado. De acordo com a Medida Provisória (MP) 2166 o bioma Amazônia tem que ter como área de preservação 80% do imóvel rural e o bioma Cerrado 35%. Localizada na área de transição entre os dois biomas mencionados, a região Araguaia é cortada à vontade do capitalista, que invariavelmente avança para além do permitido, não diferenciando os biomas. Em sendo autuados (quando são), acionam o judiciário, onde atrasam a velocidade dos processos, recorrendo a recursos intermináveis, e que invariavelmente não resultam em nenhum efeito punitivo para os donos da terra.

Por trás das estradas, da fiscalização ineficiente e de um sistema jurídico ineficaz, há a atuação do capital voltado para o lucro. A apropriação dos recursos naturais, onde o proprietário tem o direito de explorá-los da forma que bem lhe convier, faz com que o desmatamento se torne um temor não só em escala regional como em escala global.

A racionalidade ambiental diferencia-se da racionalidade econômica e em decorrência da expectativa do aumento do preço⁴, o agronegócio, já aumenta a sua produção, e para isso, é necessário o desmate e não a floresta em pé (LEFF, 2001). A racionalidade econômica do agronegócio aponta para a equação → aumento de preço = árvores no chão.

3 A SOJA ALASTRA-SE PELO ARAGUAIA

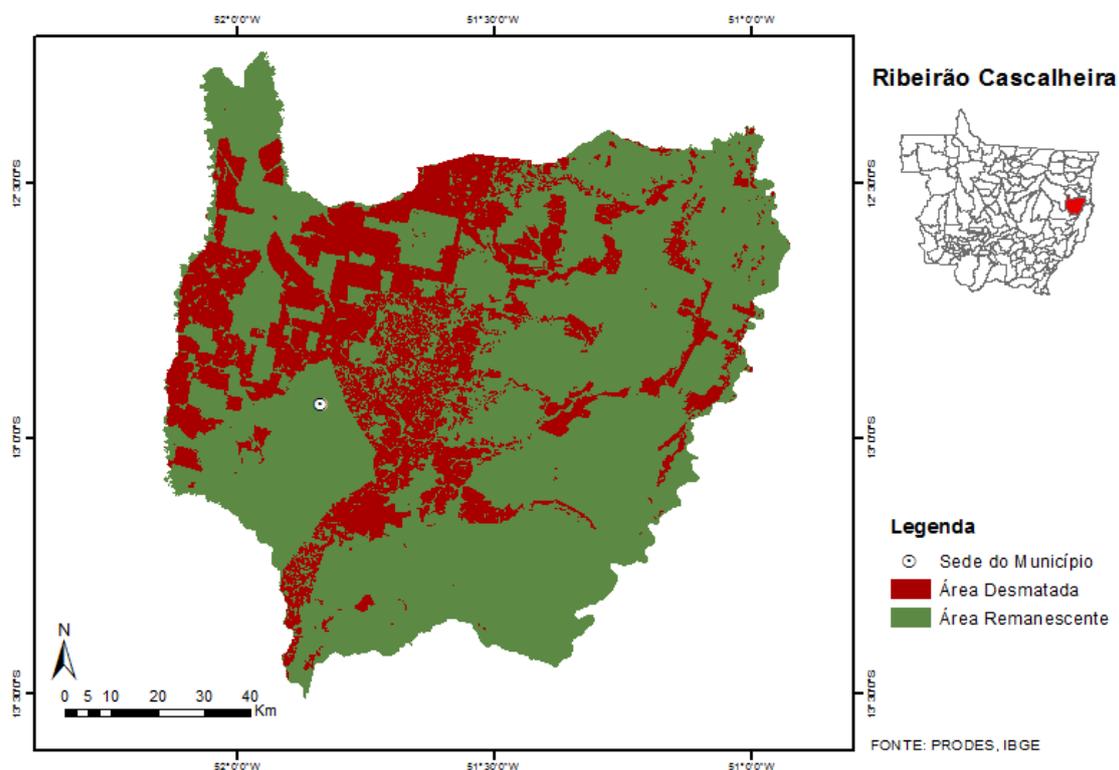
Em decorrência da epidemia da doença neurodegenerativa, *encefalia espongiforme bovina* (Mal da Vaca Louca), que atingiu o gado europeu, o boi brasileiro, que passou a ser chamado de “boi verde” por ser criado no pasto, passou a ter sua demanda significativamente aumentada na primeira década do novo milênio. O preço da arroba aumentou e os produtores passaram a multiplicar o rebanho, necessitando abrir mais novas áreas para a pastagem. Com o escândalo da corrupção envolvendo a JBS, que até então se anunciava como o maior produtor de gado do mundo, e que praticamente monopolizava os frigoríficos na região do Araguaia, o preço da arroba despencou, fazendo com que frigoríficos da empresa mencionada fechasse na região.

Era o cenário perfeito para o avanço da soja. A racionalidade econômica procura sempre o lucro e, o capital, migra para aquela atividade que proporciona a maior probabilidade de acumulação (MARX, 2011).

A soja vem ocupando cada vez mais os espaços de pastagens, “empurrando” a pecuária de corte em direção ao Norte do Araguaia. O município de Ribeirão Cascalheira, por onde passa a BR-158, foi ocupado basicamente por assentamentos rurais, formados por pequenas propriedades. Devido a isso, ainda apresenta quantidade significativa de mata primária. Porém, silos gigantescos pertencentes às grandes empresas, como AMaggi, Bunge, entre outras, estão sendo instaladas no município, condicionando a produção do entorno à lavoura de soja, seja por produção própria ou arrendamento do grande capital.

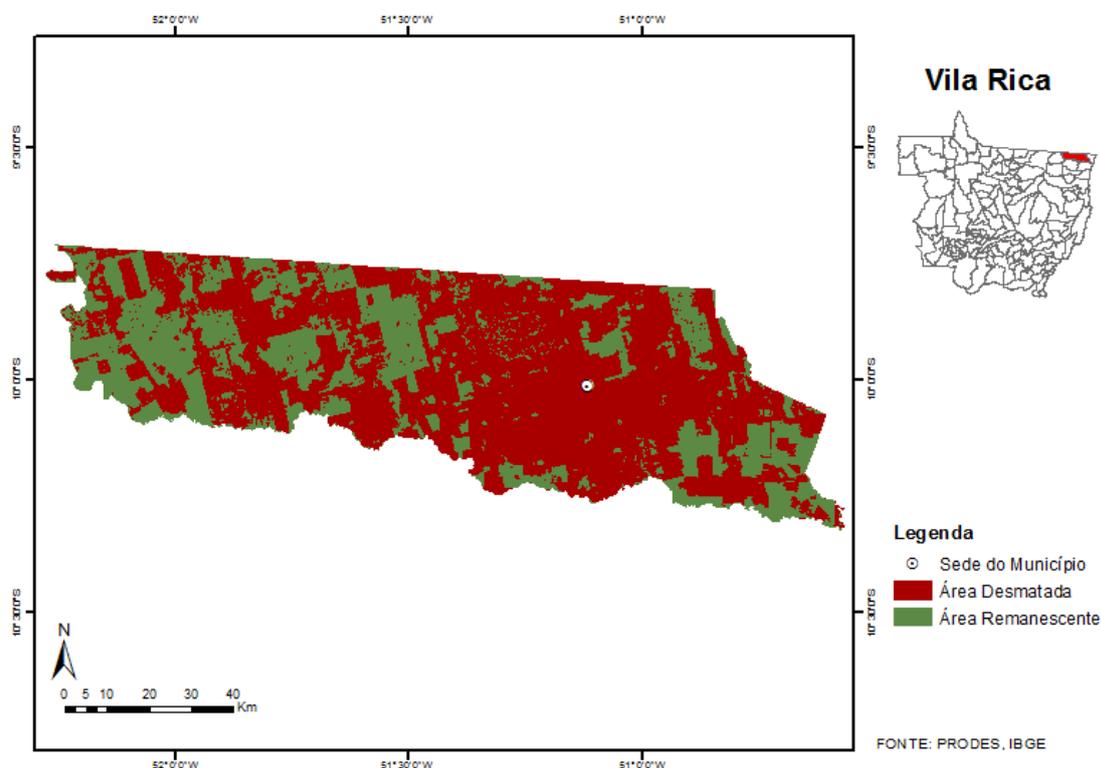
⁴ Nota-se que não é o aumento do preço concreto. As ações são somente baseadas na expectativa.

Figura 7 - Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Ribeirão Cascalheira



Dessa forma, Ribeirão Cascalheira, passa a ser ocupado economicamente pela produção agrícola em grande escala, a latifundiária extensiva. Há um cenário, na região do Araguaia, de ressignificação econômica do espaço, onde a queda do preço do boi, fez com que o rebanho fosse deslocado para outras áreas do Araguaia, a região Norte como já mencionado. Vila Rica, o “último” município do Araguaia, localizado na divisa entre os estados de Mato Grosso e Pará, atualmente possui mais de 600 mil cabeças de gado, o maior rebanho da região Araguaia e o 7º de Mato Grosso (INDEA, 2017)

Figura 8 - Mapa de Desmatamento Acumulado (2017) de Vila Rica



O desmatamento é notável no município de Vila Rica, sendo quase sua totalidade voltada à pecuária de corte. Ainda que não esteja ocupada por completo - como no caso de Vila Rica - pela soja, a região Araguaia tende para essa vertente produtiva.

O Estado de Mato Grosso, tem municípios estabelecidos por meio da sojicultura sendo os 5 primeiros maiores em termos de volume de produção, na ordem: Sorriso, Sapezal, Nova Ubiratã, Campo Novo do Parecis e Nova Mutum, todos localizados na região Centro-Oeste do Estado. A soja, agora alastra-se pela região do Araguaia e os municípios colocados como exemplo ao longo do texto tem suas áreas abertas para tal fim.

A crescente demanda pela soja em mercados globalizados, a disponibilidade de terras baratas na Amazônia, e a falta de internalização dos custos sociais e ambientais entre setores privados têm impulsionado este fenômeno (PRESIDÊNCIA..., 2002, S/P).

O Araguaia caminha para que suas matas primárias sejam reduzidas as áreas inaptas para o cultivo, como os terrenos pedregosos, de relevos acentuados e de várzeas alagadiças. As lavouras de soja vão se expandindo pela região, contornando o Parque Indígena do Xingu e as Terras Indígenas Xavante, etnia que predomina perante as reservas indígenas na região. A paisagem vai sendo transformada no Araguaia mato-grossense. Os indígenas que não sofriam com as atuação dos não-índios, passam a ter a sua vivência ameaçada pelo sistema capitalista, que é voltado para a acumulação e que nega a natureza e o humano.

Considerações Finais

A busca incessante pelo lucro, por meio do modo de produção capitalista, necessariamente promove uma intensificação do uso dos recursos naturais o que por si promove a transformação do espaço. No Estado de Mato Grosso o desmatamento de forma acelerada e desordenada ocorre à revelia de quem vive da floresta e a favor de quem tem o direito da propriedade privada. O Estado, seguindo aos interesses de quem busca a acumulação por meio do dinheiro público, passa a atender a iniciativa privada, construindo corredores rodoviários, formando cidades que se tornam símbolos do agronegócio.

Atualmente, a baixa no preço da arroba do boi, devido ao “efeito JBS” e a desvalorização da moeda nacional perante o dólar e o euro – as negociações dos produtos destinados à exportação são baseadas nas moedas internacionais – intensificou a produção de soja no Estado de Mato Grosso, incentivando a ocupação de novas áreas pelos sojicultores. A região Araguaia, inicialmente ocupada pelos pecuaristas, passa a ser a nova fronteira da soja. Cada vez mais, os bois vão sendo empurrados para o Norte do Araguaia e a soja vai tomando conta do espaço da região. O escoamento se dá pela BR-158 que corta toda a região do Araguaia.

A propagação do agronegócio na região, tanto na produção de grãos quanto na criação de gado de corte, fez com que o desmatamento chegasse a níveis alarmantes, chamando a atenção até mesmo de entidades defensoras do meio ambiente, que passaram a pressionar órgãos públicos com o intuito de frear a eliminação da biodiversidade, pois quanto mais se aumenta as exportações, maior é a ameaça aos biomas Cerrado e Amazônia e suas áreas de transição. Tal agressão ao meio ambiente, que diminui a biodiversidade e consequentemente as possibilidades de vivência, acaba por precarizar o humano.

Bibliografia

ARTAXO, P. et al. Química Atmosférica na Amazônia: As florestas e as emissões de queimadas controlando a composição da atmosfera amazônica. **ACTA Amazônica**, Manaus, 2005.

BODAS, C. **Pará é o Maior Produtor de Madeira Ilegal**. Expedição Greenpeace na Amazônia. S/L, 2002.

BOURDIER, P. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

CPT (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA). **Conflitos no Campo – Brasil, 2017**. Qualytá, Goiânia, 2018.

FEARNSIDE, P. **Brazil's Cuiabá-Santarém (BR-163) Highway: the environmental cost of paving a soybean corridor through the Amazon**. Elsevier: Journal of Environmental, Amsterdã, 2007.

FEARNSIDE, P. Modelagem de Desmatamento e Emissões de Gases de Efeito Estufa na Região sob Influência da Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-314). **Revista Brasileira de Meteorologia**, São José dos Campos, 2009.

FERREIRA, L.; VENTICINQUE, E.; ALMEIDA, S. O Desmatamento na Amazônia e a Importância das Áreas Protegidas. USP: **Estudos Avançados**, São Paulo, 2005.

INSTITUTO DE DEFESA DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO (INDEA). **Relatório de Bovinos Existentes**. Cuiabá, 27/03/17.

IMAZON. **Boletim do Desmatamento**. Belém, 20 de Junho de 2018.

INPE. **Portal do Programa de Queimadas**. São José dos Campos, 2018.

LEÃO, R. **A Floresta e o Homem**. EdUSP, São Paulo, 2000.

LEFF. **Epistemologia Ambiental**. Cortez, São Paulo, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Ed. Boitempo, São Paulo, 2011.

MELLO, D. **Agropecuária é responsável por 69% da Emissão de Gases de Efeito Estufa**. Repórter da Agência Brasil, São Paulo, 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Agronegócio tem a Bancada mais bem Organizada do Congresso**. São Paulo, 29 de julho de 2018.

SOUZA, E. **O Poder na Fronteira: Hegemonia, Conflitos e Cultura no Norte de Mato Grosso**. EdUFMT, Cuiabá, 2013.